

Não há nada de errado com o modelo



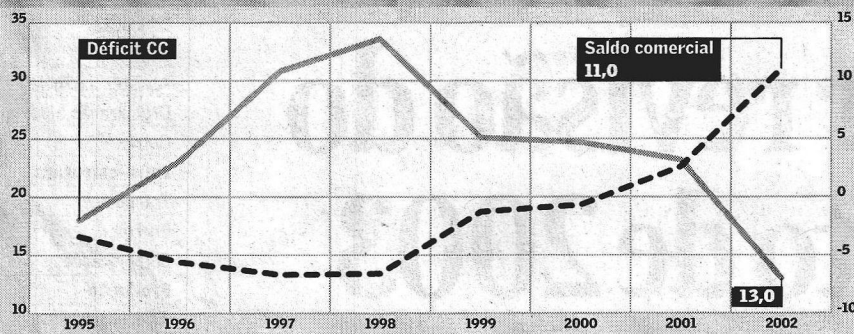
FABIO
GIAMBIAGI

As duas frases mais mencionadas na atual campanha eleitoral são a pregação de que "temos que mudar o modelo econômico" e a idéia de que "o Brasil precisa se afastar do consenso de Washington". Este último corresponde a um conjunto de propostas alinhavadas por J. Williamson em um famoso trabalho há mais de 10 anos e que podem ser resumidas nas seguintes proposições: disciplina fiscal; reorientação do dispêndio público em favor do gasto social; reforma tributária que simplifique os impostos; liberalização financeira para não ter taxas de juros reais negativas; unificação dos mercados de câmbio; abertura ao capital estrangeiro; desburocratização; privatização e abertura comercial. O que significa então "afastar-se do consenso de Washington"? Fica claro que, com exceção dos últimos dois itens, em linhas gerais as propostas não têm nada de polêmicas. Por outro lado, da privatização já nos afastamos há anos, pois ela parou; e, em matéria de abertura, o Brasil deixou de se abrir desde 1994. "Fim do consenso de Washington", portanto, não quer dizer rigorosamente nada.

A oposição não se cansa de propagar aos quatro ventos que "o modelo neoliberal que está aí não presta". É necessário que alguém venha a público colocar os pingos nos is, para explicar que não há nada de intrinsecamente errado com nosso modelo econômico. Vamos ser francos: houve dois governos FHC e o segundo corrigiu os erros do primeiro (ver gráfico). O candidato de oposição tem todo o direito de, na retórica política, falar dos oito anos como um todo, mas a verdade é que na segunda gestão do Presidente se fez exatamente o que os seus críticos pregavam na primeira, ou seja, o ajuste fiscal e a correção do câmbio. É necessário que estas coisas fiquem claras, porque de duas uma: ou a oposição está enganando o eleitorado e em nome do desejo de mudança pretende vencer as eleições para depois, na prática, adotar uma política econômica que seja um clone da atual; ou, se ela vencer, no momento em que teremos tudo para começar a colher os frutos do que foi plantado durante 1999/2002, acabará adotando políticas inconsistentes e levando um ou dois anos depois o mesmo eleitorado a perguntar "Por que mudou? Mudou por que?". Indo direto ao ponto: o que é que a oposição pretende mudar? É claro que a alternância de poder é inerente à democracia, mas também é evidente que idealmente, na democracia é desejável que as autoridades sejam eleitas para executar um programa claro. Se a oposição ficar no terreno das generalidades ("precisamos crescer", "o povo

Brasil - Setor externo

Em US\$ bilhões



Fonte: Banco Central. Para 2002, previsão do autor.

Produto Interno Bruto

Taxa de crescimento, em % ao ano

Período	Brasil	América Latina*
1990/94	1,3	3,7
1995/98	2,5	3,9
1999/02	2,0	1,2

Fonte: Cepal *excluídos Brasil e México

está cansado", etc.) ela não estará se comprometendo com nada. Nesse caso, porém, cabe a indagação de se a ausência de propostas claras de alternativa é uma estratégia eleitoral ou revela simplesmente que uma vez no poder a oposição não saberia que rumo dar ao país.

O Brasil adotou em 1999 o tripé metas fiscais/metaxas de inflação/câmbio flutuante. É esse o coração da atual política. Alterar a meta de inflação de X para Y não é mudar o mo-

delo. O que interessa é saber se o tripé será mantido ou não. A oposição costuma afirmar que a política econômica teria sido um fracasso "porque crescemos muito pouco e no segundo governo FHC crescemos menos que no primeiro". Como o leitor se sentiria se morando em uma região que foi vítima de um terremoto um parente o criticasse por não ter melhorado o interior da sua casa? Pois foi mais ou menos isso o que ocorreu com o Brasil: ele ficou no meio de um terremoto. De fato, como mostra a tabela, entre as médias de 1995/98 e 1999/02, a taxa de crescimento dos demais países da América Latina com exceção do México — cuja economia tem uma dinâmica muito mais ligada aos EUA — e que corresponde a um PIB do tamanho do brasileiro, teve uma redução da taxa de crescimento de mais de 5,0 %, passando de uma expansão anual média de 3,9 % para

uma queda de 1,2 % a.a. Isso se deveu, fundamentalmente, à intensidade da crise da Argentina, que teve a maior recessão dos últimos 80 anos, pior ainda que a dos anos 30 e onde o PIB encolheu por quatro anos consecutivos. Os países da Aladi absorviam 26 % das nossas exportações em 1998 e essa região sofreu uma crise devastadora nos últimos 4 anos, prejudicando seriamente a colocação dos nossos produtos. Fala-se muito da China, que apesar da crise internacional continuou crescendo a 8 % a.a., mas ela não teve que fazer um ajuste como o nosso nos anos recentes e está cercada de países que crescem 5 ou 6%. Enquanto isso, o Brasil desde 1998 teve que promover um ajuste externo expressivo, com preços das suas exportações que caíram 23% em 5 anos e cercado por países que encolheram. Vamos deixar a demagogia de lado: se Jesus Cristo tivesse sentado na cadeira presidencial no Planalto em janeiro de 1999 e enfrentado esse contexto, não poderia ter feito muito melhor.

Se for para ter continuidade, é melhor deixar isso claro para não enganar o eleitor. E se não for, é melhor que se explicite o que se vai mudar no "modelo". Vamos acabar com a austeridade fiscal, abandonar o controle da inflação ou adotar o câmbio fixo? O PT quer que o Brasil cresça, mas isso todos queremos. O que Lula pretende modificar no modelo, afinal?

Fabio Giambiagi, economista, co-autor de "Finanças Públicas - Teoria e prática no Brasil" (Ed. Campus), escreve quinzenalmente às quintas-feiras. E-mail: fgiambia@terra.com.br